

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS
ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Curso: Mestrado Profissional em Administração

Grupo de Pesquisa: Politeia - Coprodução do Bem Público, Accountability,
Inovação e Sustentabilidade

Inclusão Produtiva e Coprodução do Bem Público: Capacitação em Captação de Recursos para Associações/Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis em Florianópolis.

117.235.449-90

Florianópolis
2026

INTRODUÇÃO

Os catadores e catadoras de materiais recicláveis são trabalhadores urbanos que exercem papel estruturante na gestão dos resíduos sólidos, realizando a coleta, triagem e comercialização de materiais reutilizáveis (como papel, papelão, plástico, metais e vidro) em vias públicas, aterros ou em instalações de cooperativas e associações (MMA, 2022). No Brasil, estima-se que aproximadamente 800 mil catadores estejam em atividade, sendo responsáveis por cerca de 90% de todo o material reciclado no país, o que evidencia sua centralidade para a economia circular e para a redução do volume de resíduos destinados aos aterros sanitários (CNN Brasil, 2023). Apesar dessa expressiva contribuição, esses trabalhadores historicamente operam à margem das políticas públicas formais, enfrentando condições precárias, ausência de proteção trabalhista e baixa remuneração (Medeiros; Macêdo, 2006).

A compreensão do trabalho de catação exige, antes, situar suas raízes estruturais nas transformações do mundo do trabalho. Medeiros e Macêdo (2006) apontam que o processo de reestruturação produtiva capitalista, marcado pela flexibilização das relações de trabalho, pela expansão do desemprego estrutural e pelo crescimento da informalidade empurrou parcelas vulnerabilizadas da população para formas alternativas de subsistência, como a catação de materiais recicláveis. Nesse contexto, os autores identificam uma dinâmica de inclusão perversa: os catadores estão formalmente inseridos no mundo do trabalho, mas em condições extremamente desfavoráveis, expostos a riscos à saúde, sem garantias trabalhistas e com renda instável, muitas vezes subordinados a intermediários, que concentram os ganhos da cadeia produtiva da reciclagem.

Desde então, o Estado brasileiro avançou progressivamente no reconhecimento desses trabalhadores como agentes estratégicos da política ambiental e social. A aprovação da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), representa o mais relevante marco normativo nesse sentido. A legislação incorpora a integração dos catadores como um de seus objetivos centrais e a insere nos instrumentos de gestão compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na logística reversa e na coleta seletiva municipal. O Art. 36, §1º, determina que o poder público deve priorizar a contratação de cooperativas e associações de catadores para as atividades de coleta seletiva, dispensando inclusive o processo licitatório (Brasil, 2010). Mais do que um reconhecimento formal, a PNRS inaugura uma concepção de gestão de resíduos como responsabilidade compartilhada entre Estado, setor privado e

sociedade civil, posicionando os catadores como coprodutores de um serviço público essencial.

No plano federal, a trajetória de políticas públicas voltadas à categoria revela um esforço de institucionalização progressivo. Em 2003, foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Lixo; em 2006, o Decreto nº 5.940 tornou obrigatória a coleta seletiva solidária nos órgãos públicos federais; e, em 2010, o Decreto nº 7.405 instituiu o Programa Pró-Catador e o CIISC (Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis). O Programa Cataforte, lançado em 2008 e executado em três edições, chegou a atender diretamente mais de 30 mil catadores organizados em 1.017 empreendimentos econômicos solidários em 526 municípios brasileiros, com investimentos superiores a R\$ 370 milhões em capacitação, equipamentos e apoio à logística em rede (Sant'Ana; Metello, 2016). Essas iniciativas evidenciam que a inclusão produtiva da categoria exige mais do que a simples formalização jurídica: ela demanda o fortalecimento das capacidades organizativas, técnicas e de gestão das associações e cooperativas.

Em Florianópolis, o cenário local espelha as tendências nacionais, mas com particularidades próprias. Segundo levantamento da Prefeitura Municipal (Florianópolis, 2022), o município conta com sete associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis cadastradas e parceiras da gestão pública, somando aproximadamente 158 associados e cooperados distribuídos em diferentes bairros da cidade como Itacorubi, Tapera e Monte Cristo. Todas as organizações possuem licenciamento ambiental ativo junto aos órgãos competentes (FATMA/IMA ou FLORAM), o que indica um grau mínimo de formalização institucional.

A despeito dos avanços normativos e programáticos, persiste um distanciamento entre as oportunidades de fomento disponíveis, como editais públicos, programas governamentais e leis de incentivo fiscal, e a capacidade técnica e burocrática das associações de catadores para acessá-las. Stroh (2016) aponta que o cooperativismo e a economia solidária oferecem caminhos promissores para a inclusão produtiva dessa categoria, mas que sua efetividade está condicionada ao desenvolvimento de tecnologias sociais — que são soluções práticas e acessíveis desenvolvidas em parceria com comunidades para enfrentar problemas sociais, promovendo inclusão e sustentabilidade (UFF, 2018) — de capacitação que respeitem as especificidades culturais e educacionais dos trabalhadores, a maioria com baixa escolaridade formal, dado o índice de analfabetismo de 20,5% entre os catadores no Brasil (Silva; Goes; Alvarez, 2013, apud Pereira; Goes, 2016). A barreira não é apenas de acesso à informação,

mas de tradução das linguagens técnicas e burocráticas dos instrumentos de política pública para a realidade concreta dessas organizações.

É nesse contexto que se insere a presente proposta de pesquisa. A gestão de resíduos sólidos, na perspectiva da PNRS, não pode ser entendida como uma função exclusiva do Estado, mas como um bem público coproduzido pela sociedade civil e, em especial, pelos catadores. A invisibilidade política e institucional dessas organizações, aliada à ausência de ferramentas de capacitação adequadas para o acesso a recursos públicos e privados, mantém esses trabalhadores em ciclos de sub-remuneração e dependência, contradizendo os próprios princípios da lei que os reconhece como agentes centrais da política ambiental urbana. Intervir nesse nó é, portanto, uma ação de inclusão produtiva, de fortalecimento da coprodução do bem público e de promoção da justiça socioambiental.

O panorama apresentado revela uma paradoxo que precisa ser enfrentado: ao mesmo tempo em que a PNRS posiciona os catadores como agentes indispensáveis da gestão de resíduos sólidos, reconhecendo-os explicitamente em seus princípios, objetivos e instrumentos (Brasil, 2010), a maioria das associações e cooperativas que compõem esse universo opera com baixíssima sustentabilidade financeira e institucional, sem condições de acessar os recursos públicos e privados que a própria legislação prevê para seu fortalecimento.

Essa fragilidade não decorre de incapacidade dos trabalhadores, mas de uma assimetria histórica de acesso ao conhecimento técnico-burocrático. Medeiros e Macêdo (2006) já apontavam que o baixo nível de escolaridade formal e o desconhecimento dos circuitos institucionais da reciclagem constituem impedimentos concretos para que os catadores obtenham melhores condições de trabalho e renda. A linguagem dos editais, os requisitos de documentação, os modelos de elaboração de projetos e os procedimentos de prestação de contas constituem, em conjunto, uma barreira burocrática que reproduz a exclusão mesmo onde a lei prevê inclusão.

Diante desse cenário, emerge o problema central desta pesquisa: **como desenvolver uma tecnologia social de capacitação que habilite associações de catadores de materiais recicláveis de Florianópolis a elaborar projetos e acessar recursos por meio de editais e leis de incentivo, promovendo sua inclusão produtiva e fortalecendo a coprodução do bem público na gestão de resíduos sólidos urbanos?**

Essa pergunta articula duas dimensões indissociáveis. A primeira é a da inclusão produtiva, entendida não como assistência pontual, mas como a construção de autonomia econômica e capacidade de autogestão dessas organizações, em linha com os princípios da economia solidária e com os objetivos da PNRS (Brasil, 2010; Sant'Ana; Metello, 2016). A

segunda é a da coprodução do bem público: a compreensão de que a limpeza urbana e a gestão ambiental não são serviços a serem entregues unilateralmente pelo Estado, mas processos que ganham eficiência, legitimidade e sustentabilidade quando os próprios cidadãos (neste caso, os catadores organizados) participam ativamente de sua concepção e execução. A invisibilidade institucional dessas organizações, expressa em sua incapacidade de acessar os instrumentos de fomento existentes, é simultaneamente um obstáculo à inclusão produtiva e um empobrecimento da coprodução do bem público em Florianópolis.

A partir do problema identificado, esta pesquisa tem como objetivo geral **desenvolver e validar uma tecnologia social de capacitação voltada à elaboração de projetos e à captação de recursos para associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Florianópolis, fundamentada nos conceitos de inclusão produtiva e coprodução do bem público, com vistas ao fortalecimento da autonomia institucional dessas organizações na gestão de resíduos sólidos urbanos**. Trata-se, portanto, de uma resposta aplicada ao problema identificado: não basta reconhecer juridicamente os catadores como agentes da política ambiental se as organizações que os representam não dispõem das condições técnicas para acessar os recursos que essa mesma política prevê. O produto final da dissertação (um Guia Metodológico de Capacitação em Captação de Recursos) é concebido como uma intervenção direta, operando simultaneamente na dimensão da inclusão produtiva e na da coprodução do bem público. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa se desdobra em quatro objetivos específicos:

- I.** Mapear os principais instrumentos de fomento disponíveis aplicáveis ao setor de reciclagem e às organizações de catadores de materiais recicláveis;
- II.** Identificar e analisar as barreiras de linguagem, documentação e burocracia que dificultam o acesso das associações e cooperativas de catadores aos recursos disponíveis nos instrumentos de fomento mapeados;
- III.** Elaborar um Guia Metodológico de Capacitação em Captação de Recursos, constituído como produto técnico aplicado da dissertação, contendo ferramentas didáticas adaptadas à realidade educacional e organizacional das associações de catadores de Florianópolis;
- IV.** Aplicar e avaliar o Guia Metodológico por meio de um ciclo piloto de formação com lideranças de associações locais, verificando sua eficácia a partir do preenchimento de propostas reais para editais em aberto.

A presente pesquisa justifica-se pela relevância socioambiental e econômica dos catadores de materiais recicláveis para a gestão urbana de Florianópolis e pelo paradoxo que marca sua atuação: são agentes reconhecidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos

como coprodutores essenciais do serviço público de limpeza urbana (Brasil, 2010), mas permanecem institucionalmente invisíveis diante dos instrumentos de fomento que a própria legislação prevê para seu fortalecimento. Para a trajetória profissional da pesquisadora, a proposta representa uma confluência direta entre seu atual campo de atuação e o objeto de investigação. Inserida em uma organização referência na aceleração de negócios de impacto, a candidata já acumula experiência prática na gestão de projetos de inclusão produtiva em escala nacional, articulando parcerias entre o setor público, grandes corporações e comunidades vulnerabilizadas. Assim, o projeto permite transformar essa vivência acumulada na interface entre políticas de impacto, terceiro setor e gestão de resíduos em conhecimento sistematizado, voltado à criação de soluções aplicáveis e escaláveis para o fortalecimento da equidade socioeconômica. A escolha pelo mestrado profissional e pelo produto técnico reflete a compreensão de que a pesquisa aplicada tem o potencial de gerar impacto concreto e imediato sobre a realidade das organizações estudadas, além de produzir uma tecnologia social replicável em outros municípios que enfrentam o mesmo desafio de traduzir o arcabouço normativo da PNRS em inclusão produtiva real para os catadores de materiais recicláveis.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

I. DO ASSISTENCIALISMO À AUTONOMIA: NOÇÕES DA INCLUSÃO PRODUTIVA

A discussão sobre inclusão produtiva no Brasil não pode ser dissociada de uma crítica mais profunda às falsas dicotomias que historicamente separaram renda e trabalho como categorias isoladas de proteção social. Lanzara (2016) argumenta que essa separação é, em grande medida, produto de um fatalismo teórico que, ao decretar o "fim do trabalho", propõe a renda básica como única alternativa aos grupos vulnerabilizados, esvaziando, com isso, o potencial emancipatório do trabalho como vetor de integração social e cidadania. Em contraposição, o autor defende que os instrumentos de proteção social devem combinar provisões universais com benefícios vinculados ao trabalho, respondendo à variabilidade das necessidades sociais. No Brasil, a diversidade das relações de trabalho reforça a urgência dessa articulação. A informalidade e a alta rotatividade são marcas históricas do desenvolvimento econômico do país, o que impõe desafios persistentes à consolidação dos direitos laborais (Lanzara, 2016).

É nesse cenário que a inclusão produtiva emerge não como política residual, mas como estratégia central de superação da pobreza. Ferraz (2023, p. 46) define as políticas de

inclusão produtiva como aquelas que buscam promover a "geração de trabalho e renda de maneira estável e decente para as populações em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social, de modo a facilitar a superação de processos crônicos de exclusão social". Essa definição é relevante porque situa a inclusão produtiva para além da mera inserção temporária no mercado formal: trata-se de romper ciclos crônicos de exclusão, o que exige políticas articuladas em diferentes dimensões: qualificação, intermediação de mão de obra, microcrédito e, especialmente, reconhecimento dos saberes e atividades já exercidas pelos grupos vulnerabilizados. Para Botelho (2023), a inclusão produtiva precisa ser pensada como uma trajetória de emancipação da pobreza, em estágios progressivos e integrados, e não como um conjunto de ações fragmentadas dirigidas a um público genérico de "inscritos no Cadastro Único".

A trajetória da proteção social brasileira demonstra que as políticas de inclusão produtiva só ganham efetividade quando há uma articulação intersetorial ativa entre diferentes burocracias estatais. O Pronatec, lançado em 2011 no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, é um exemplo emblemático dessa articulação: ao mobilizar simultaneamente os ministérios da Educação, do Trabalho e do Desenvolvimento Social, o programa criou condições inéditas de acesso à qualificação profissional para a parcela mais vulnerável da população (Lanzara, 2016). Ferraz (2023) aponta que o braço do Pronatec voltado aos beneficiários do Bolsa Família (Pronatec/BSM) produziu resultados positivos de formalização no mercado de trabalho, com aumento de emprego formal de 14% para 27% entre os egressos, segundo dados do Cadastro Único. Entretanto, o mesmo autor adverte que esses resultados são sensíveis às escolhas metodológicas e aos dados utilizados nas avaliações, e que os impactos se mostraram heterogêneos, reforçando a necessidade de se identificar com clareza o perfil do público e o estágio de emancipação em que cada beneficiário se encontra.

Feijó e Ribeiro (2024) oferecem uma crítica complementar ao discutir como a lógica neoliberal ressignifica a própria noção de inclusão produtiva. Ao analisar um programa corporativo de diversidade, as autoras, apoiadas em Lockmann (2019), argumentam que a inclusão produtiva, sob esse paradigma, converte-se em um imperativo de autogestão: o sujeito passa a ser responsável não apenas por se incluir nos jogos do mercado, mas por se manter incluído, investindo continuamente em seu próprio capital humano. Essa perspectiva é importante para o presente trabalho porque ilumina os limites de políticas que transferem para os indivíduos a responsabilidade pela própria emancipação, sem enfrentar as barreiras estruturais (burocráticas, linguísticas e informacionais) que impedem grupos como os

catadores de materiais recicláveis de acessar os recursos públicos disponíveis. A invisibilidade dessas barreiras é, em si, uma forma de exclusão produtiva.

O caso das associações de catadores de materiais recicláveis em Florianópolis condensa, de forma exemplar, as tensões aqui descritas. Trata-se de trabalhadores que já exercem uma função produtiva socialmente relevante, mas que permanecem à margem dos mecanismos formais de fomento e captação de recursos, não por falta de capacidade, mas pela ausência de mediação técnica que traduza a linguagem dos editais e das leis de incentivo para a realidade dessas organizações. Superar esse abismo não é apenas uma questão de qualificação individual: é uma questão de como o Estado e a sociedade coproduzem o bem público, tema que será desenvolvido no eixo seguinte.

II. GESTÃO COMPARTILHADA COMO BEM PÚBLICO: A COPRODUÇÃO NA LIMPEZA URBANA E GESTÃO AMBIENTAL

A gestão de resíduos sólidos urbanos constitui um dos campos mais concretos em que a lógica da coprodução do bem público se materializa. Para Bier *et al.* (2010, p. 582), o conceito de bem público abrange tudo aquilo que tenha valor econômico ou moral e que seja suscetível de proteção jurídica, ao passo que a coprodução refere-se a uma mistura crítica de atividades prestadas por agentes e cidadãos para a provisão de serviços públicos (Brudney; England, 1983 apud BIER *et al.*, 2010). Neste enquadramento, a limpeza urbana não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva do aparato estatal, mas como um serviço que convoca diferentes atores (poder público, organizações comunitárias e iniciativa privada) a atuarem de forma articulada na produção de um bem que a toda a coletividade beneficia. Como observam Kissler e Heidemann (2006), o Estado deixa de ser o provedor solitário do bem público para tornar-se um Estado ativador, aquele que aciona e coordena outros atores da sociedade para, em conjunto, produzi-lo.

A experiência estudada por Silva, Knoll e Moretto Neto (2016) no município de Florianópolis ilustra de forma precisa como essa articulação ocorre, e também seus limites. Os autores identificaram que havia tanto participação do governo quanto participação ativa da comunidade por meio da associação de catadores, mas também uma atmosfera de desconfiança entre as entidades pública e associativa, em contraste com a relação mais colaborativa mantida com a empresa privada compradora do material reciclado (Silva; Knoll; Moretto Neto, 2016). Esse dado é relevante para o presente estudo porque revela que a coprodução na gestão ambiental não emerge naturalmente da reunião de atores: ela exige um ambiente institucional de confiança, reconhecimento mútuo e distribuição equitativa de poder

entre os envolvidos, condições que, como aponta Ostrom (1996), são determinantes para o sucesso ou o fracasso de sistemas de coprodução.

O modelo predominante identificado por Silva, Knoll e Moretto Neto (2016) foi o da coprodução simbólica, caracterizado por uma lógica em que o Estado se associa à comunidade menos por convicção democrática e mais para cumprir requisitos legais ou reduzir custos operacionais. Segundo os autores, os dados coletados permitem entrever que a visão do Estado tende a ficar entre as características dos modelos de coprodução nominal e funcional, sendo que a participação dos catadores no processo aproxima-se de uma estratégia utilizada pelo aparato público para produzir os serviços públicos de maneira mais eficiente e eficaz (Silva; Knoll; Moretto Neto, 2016). Essa constatação dialoga com a tipologia proposta por Salm e Menegasso (2010), que identifica cinco modelos de coprodução, que vai da participação nominal até a mobilização comunitária, baseada em princípios éticos e na democracia normativa, reforçando a necessidade de avançar em direção a modelos mais participativos, como o representativo com sustentabilidade, no qual o empoderamento das organizações e a accountability do poder público são condições estruturantes.

A tipologia proposta por Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017) oferece uma lente analítica complementar para pensar a coprodução na gestão ambiental em suas diferentes fases e escalas. Para os autores, a coprodução pode ocorrer em qualquer fase do ciclo do serviço público (comissionamento, desenho, entrega e avaliação), envolvendo atores individuais, grupos específicos ou a coletividade mais ampla, e produzindo tanto benefícios pessoais quanto sociais conforme o nível de participação mobilizado (Nabatchi; Sancino; Sicilia, 2017). Aplicada ao contexto da reciclagem e da limpeza urbana, essa perspectiva sugere que as associações de catadores não deveriam ser convocadas apenas para a fase de entrega do serviço, mas também para o comissionamento das políticas e para a avaliação dos seus resultados, ampliando assim sua capacidade de agência e reconhecimento institucional. Salm e Menegasso (2010) reforçam que a coprodução representativa com sustentabilidade é o resultado da sinergia que se estabelece na realização dos serviços públicos de que participam os cidadãos, as organizações da comunidade e o aparato administrativo do Estado que, no seu conjunto, interagem em prol do bem comum.

Por fim, cabe sublinhar que a coprodução na gestão ambiental articula-se diretamente com a questão da inclusão produtiva. Para Silva, Knoll e Moretto Neto (2016), a coprodução pode ser um meio para o acesso ao trabalho digno, assim entendido como aquele que envolve oportunidades produtivas com renda justa, segurança no ambiente de trabalho e proteção social às famílias, além de melhores perspectivas de integração social e participação nas

decisões que afetem a vida do trabalhador. Quando associações de catadores participam da gestão dos resíduos sólidos como coprodutoras reconhecidas e não como prestadoras subordinadas, o serviço público deixa de ser apenas mais eficiente e passa a ser também mais justo. Essa perspectiva converge com o argumento de Feijó e Ribeiro (2024) de que a inclusão produtiva, sob racionalidades neoliberais, frequentemente subordina a participação à lógica da alta performance e do menor custo, esvaziando seu potencial emancipatório. É na tensão entre essa lógica instrumental e a perspectiva da coprodução como prática democrática e de reconhecimento que se situa o argumento central deste trabalho.

METODOLOGIA

O presente estudo possui caráter qualitativo, que busca aprofundar na compreensão de uma determinada realidade, e adota a Pesquisa-Ação como abordagem metodológica central, por compreender que este tipo de investigação é "concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes [...] estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo" (THIOLLENT, 1988 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 42). Essa escolha se justifica pela natureza aplicada do mestrado profissional e pela impossibilidade epistemológica de estudar a exclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis sem intervir.

A primeira etapa da investigação, de caráter diagnóstico, volta-se ao cumprimento dos dois primeiros objetivos específicos: o mapeamento dos principais editais e leis de incentivo (federais, estaduais e municipais) aplicáveis ao setor da reciclagem em Florianópolis, combinado à análise das barreiras de linguagem e burocracia que dificultam o acesso das associações a esses recursos. Para tanto, serão realizadas pesquisa documental nos portais de fomento públicos e entrevistas semi estruturadas com lideranças das associações locais, a fim de confrontar a lógica formal dos editais com o repertório técnico real dessas organizações. O produto desta fase será um diagnóstico situacional que orientará todo o processo de construção do material pedagógico.

A segunda etapa, de desenvolvimento, corresponde à elaboração do Guia Metodológico de Capacitação. Com base nos dados levantados no diagnóstico, serão criados materiais didáticos acessíveis (apostilas, roteiros de oficinas e dinâmicas participativas) que traduzam a linguagem técnico-burocrática dos editais para o contexto das associações. O princípio norteador desta fase é a horizontalidade: os materiais não serão concebidos para os catadores, mas com eles, incorporando saberes práticos identificados nas entrevistas

diagnósticas e validando versões preliminares junto às lideranças antes da aplicação definitiva.

A terceira e quarta etapas compreendem, respectivamente, a intervenção (execução do ciclo piloto de formação com lideranças das associações) e a avaliação de sua eficácia. O critério de avaliação adotado será eminentemente prático: verificar se os participantes conseguem, ao final da capacitação, estruturar propostas completas para editais reais em aberto, utilizando como instrumento de aferição o preenchimento coletivo de ao menos um projeto real durante as oficinas. Esse ciclo avaliativo fecha o processo da pesquisa-ação de forma reflexiva, permitindo ajustes no Guia antes de sua versão final, e gerando, assim, uma tecnologia social replicável para além do contexto imediato de Florianópolis.

CRONOGRAMA

ATIVIDADE	2026/1	2027/1	2027/2	2028/1
Revisão bibliográfica	X	X		
Mapeamento de editais e leis de incentivo	X	X		
Entrevistas diagnósticas com lideranças das associações		X	X	
Desenvolvimento do material didático			X	
Validação participativa do material com as associações			X	
Execução do ciclo piloto de capacitação (intervenção)			X	
Avaliação da capacitação (preenchimento de proposta real)			X	X
Revisão e versão final do Guia Metodológico				X
Redação da dissertação		X	X	X
Defesa da dissertação				X

Fonte: elaborado pela autora

REFERÊNCIAS

BIER, Clerilei Aparecida; FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi; SCHMITZ, Leandro Costa; BOUSFIELD, Rodrigo; SIMM, Tatiane Amanda; PENA, Francisco Tiago Garcia. **Sociedade, empresa e governo: uma experiência de implementação de um novo paradigma de democracia participativa**. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 580-599, dez. 2010.

BOTELHO, Vinícius de Oliveira. **Três desafios em avaliação e monitoramento da inclusão produtiva**. *Revista Brasileira de Avaliação*, v. 12, n. 2 (especial), e122123, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/rbaval202312021>. Acesso em: 6 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 3 abr. 2026.

BRUDNEY, Jeffrey L.; ENGLAND, Robert E. Toward a definition of the coproduction concept. *Public Administration Review*, Washington, v. 43, n. 1, p. 59-65, jan./fev. 1983.

CNN BRASIL. **Catadores são parte fundamental para a reciclagem, dizem especialistas**. CNN Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/catadores-sao-parte-fundamental-para-a-reciclagem-di-zem-especialistas/>. Acesso em: 3 abr. 2026.

FEIJÓ, Ana Paula Speck; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Problematizações sobre a inclusão produtiva no mercado de trabalho: em foco a diversidade ou a diferença? Interterritórios: Revista de Educação**, Caruaru, v. 10, n. 19, e261738, 2024.

FERRAZ, Alexandre Sampaio. **Avaliação de políticas públicas para inclusão produtiva**. *Revista Brasileira de Avaliação*, v. 12, n. 2 (especial), e121523, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/rbaval202312015>. Acesso em: 6 abr. 2026.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Associações/Cooperativas de Catadores de Resíduos Recicláveis Secos parceiras da Prefeitura Municipal de Florianópolis**. Florianópolis: DPPP/RCR, jun. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação a Distância).

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. **Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?** *Revista de Administração Pública*, v.40, n.3. maio/jun. 2006.

LANZARA, Arnaldo Provasi. **Ativismo burocrático, políticas sociais intersetoriais e os desafios da inclusão produtiva no Brasil**. *Desenvolvimento em Debate*, v. 4, n. 2, p. 63-81, 2016.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 2, p. 62-71, maio/ago. 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Catadoras e Catadores**. Brasília: MMA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/meio-ambiente-urbano-recursos-hidricos-qualidade-ambiental/Catadoras%20e%20Catadores>. Acesso em: 3 abr. 2026.

NABATCHI, Tina; SANCINO, Alessandro; SICILIA, Mariafrancesca. Varieties of participation in public services: the who, when, and what of coproduction. **Public Administration Review**, Washington, v. 77, n. 5, p. 766-776, set./out. 2017.

OSTROM, Elinor. Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy, and Development. **World Development**, [s. l.], v. 24, n. 6, p. 1073-1087, 1996.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. **Proposta de modelos para a coprodução do bem público a partir das tipologias de participação**. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO**, 34., 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

SANT'ANA, Diogo de; METELLO, Daniela. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 21-46.

SILVA, Fernando Amorim da; KNOLL, Alessandra; MORETTO NETO, Luis. **A coprodução de serviço público na reciclagem de resíduos sólidos: estudo no município de Florianópolis**. *RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, Ribeirão Preto, v. 7, n. 3, p. 64-76, 2016.

SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: Ipea, 2013. (Relatório de Pesquisa). In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

STROH, Paula Yone. Cooperativismo, tecnologia social e inclusão produtiva de catadores de materiais recicláveis. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquette; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 247-266.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **O que é tecnologia social e como ela pode ser utilizada?** [Niterói], 18 abr. 2018. Disponível em: <https://www.uff.br/18-04-2018/o-que-e-tecnologia-social-e-como-pode-ser-utilizada/>. Acesso em: 8 abr. 2026.